

Seção II - Ensino de geografia: dimensões teóricas para reflexão e
auxílio à prática em sala de aula
**Análise do território em Michel Foucault: o território como
locus do poder**

Maria Cristina Rangel
Celene Tonella

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RANGEL, M.C., and TONELLA, C. Análise do território em Michel Foucault: o território como locus do poder. In: TRINDADE, G.A., MOREIRA, G.L., ROCHA, L.B., RANGEL, M.C., and CHIAPETTI, R.J.N. *Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula* [online]. Ilhéus: Editus, 2017, pp. 161-174. ISBN: 978-85-7455-526-3.
<https://doi.org/10.7476/9788574555263.0011>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ANÁLISE DO TERRITÓRIO EM MICHEL FOUCAULT: o território como locus do poder¹

*Maria Cristina Rangel
Celene Tonella*

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é demonstrar as proposições de Michel Foucault na análise do território na obra “Segurança, território, população: curso dado no *Collège de France*, em 1977 – 1978”². Ressalta-se, portanto, que este artigo não tem como intuito travar um diálogo entre diversos autores sobre o conceito de território, mas perscrutar o conceito de território em Foucault (2008), procurando as intermediações da sociedade com o espaço geográfico.

Por meio da referida obra descobriu-se que Foucault aponta alguns elementos para análise da dinâmica do território, entre elas a de que este se constitui a partir da instalação dos mecanismos de poder, e cabe ao investigador, no entendimento do território, tornar visíveis estes mecanismos e os focos de resistência. Além disso, propõe que esta análise seja relacional, já que o poder não é uma “coisa”, mas relações entre os sujeitos que visam alcançar ou manter o poder, mesmo que não o consigam. Portanto, é necessário problematizar o território, interrogar sempre quais são os obstáculos que o mesmo traz ao exercício do poder e as artimanhas construídas para eliminá-los.

¹ Trabalho originalmente apresentado no X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE). Unicamp, Campinas, 7 a 10 de outubro de 2013.

² Todas as citações são da obra: FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no *Collège de France* (1977–1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Dependendo dos problemas colocados pelo território em relação ao exercício do poder, os mecanismos utilizados acontecem de formas específicas, múltiplas e em diferentes escalas. Desta forma, a configuração que o território assumirá não é procedente de uma forma única, por exemplo, hierarquizada, horizontal, vertical, ou mantendo células individuais, articuladas entre si. Por fim, indica que os procedimentos de poder voltam-se para certa multiplicidade de sujeitos na tentativa de neutralizar os que são adversários e cooptar os demais. Entre esses procedimentos estão os discursos imperativos que indicam o que fazer, como fazer, em que tempo e lugar, com qual objetivo, induzindo a subjetivações e mudanças comportamentais. Assim, por exemplo, definem-se os traçados das estradas e, por sua vez, excluem-se as áreas que não serão atendidas por essa infraestrutura de transporte.

É a partir dessa proposição metodológica que Foucault analisa o projeto da cidade-capital na *La Métropolitée* (e a irradiação da capitalização do território); o da cidade arquetetada ou “artificial” de Richelieu (a forma sendo o suporte do exercício exato da função); e a cidade “real” de Nantes (França) (o exercício do poder em um espaço construído, o meio), enfocando a questão da disciplina e da segurança. Por meio desses três exemplos de cidade se identificou a preocupação de Foucault com a análise da relação forma-função-conteúdo-símbolo, com as relações homem-meio e a multiplicidade de conceitos que intercambiam a análise territorial, preocupações próprias da Geografia.

O TERRITÓRIO EM FOUCAULT

Para Foucault, o território se concretiza em extensão, limites e fronteiras, e é *locus* do exercício do poder supremo, o qual ele especifica como sendo de um soberano individual ou coletivo. Inicialmente, de forma esquemática, Foucault conduz a um entendimento de que espacialmente

a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população (2008, p. 15-16).

Faz isto para, posteriormente, desconstruir esse raciocínio linear e partir para a análise relacional entre esses elementos. Demonstra, por exemplo, que o território não precisa ser necessariamente povoado para

ser dominado, e que o exercício da soberania trabalha com certa multiplicidade de sujeitos ou de um povo, que é preciso organizar, disciplinar e evitar revoltas.

Antes, porém, de iniciar o curso propriamente dito, Foucault apresenta cinco “proposições, no sentido de indicações de opções [...]” (2008, p. 3), para análise dos mecanismos de poder. Essas proposições sobre o poder conduzem a uma metodologia de análise do território como *locus* dos “mecanismos de poder”. Como primeira opção, alerta que

não é de forma alguma uma teoria geral do que é o poder [...], mas da análise [de um] conjunto de procedimentos, [de] mecanismos de poder (2008, p. 3-4).

Na segunda indicação de opção de análise está a questão da necessidade do consentimento, consciente ou não, dos comandados, para que o poder possa ser exercido. São criados, para tanto, mecanismos que induzem a comportamentos, como a sedução, recompensa, proibição, censura, interdição, repressão, coação, recurso à tradição e práticas exemplares, autoridade, lealdade, ritual das circunstâncias. Em outros termos, “o poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo” (2008, p. 4), pois ele é relacional, necessita do “outro” ou dos “outros” para se exercitar.

Em terceiro lugar, essa análise dos mecanismos de poder, “tem a ver com a filosofia, isto é, com a política da verdade, porque não vejo muitas outras definições para a palavra ‘filosofia’ além dessa” (2008, p. 5). Dito de outra maneira, o saber constituído institui verdades e inibe vozes dissonantes ao poder da hierarquia social. Cabe a nós, portanto, descortinar as lutas pela verdade, as políticas da verdade, o que faz com que se instituem certas verdades em detrimento de outras, no comando do território.

Como quarta indicação de opção, Foucault fala da necessidade de se identificar a procedência de quem fala, como fala, de onde fala, em nome de quem fala, fala sobre o quê, em quais circunstâncias, para quem fala, utiliza-se de quais meios, com quais estratégias, quais são e a quem se destinam as ordens imperativas naquilo que fala, e os efeitos materiais e/ou simbólicos esperados. Detectar os objetivos dos discursos imperativos mais velados e polifônicos. É uma opção que podemos utilizar para interrogar materiais discursivos na Para Foucault, o território se concretiza em extensão, limites e fronteiras, e é *locus* do exercício do poder supremo, o qual ele especifica como sendo de um soberano individual ou coletivo. Inicialmente, de forma esquemática, Foucault conduz a um entendimento de que espacialmente

a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (2008, p. 15-16).

Faz isto para, posteriormente, desconstruir esse raciocínio linear e partir para a análise relacional entre esses elementos. Demonstra, por exemplo, que o território não precisa ser necessariamente povoado para ser dominado, e que o exercício da soberania trabalha com certa multiplicidade de sujeitos ou de um povo, que é preciso organizar, disciplinar e evitar revoltas.

Antes, porém, de iniciar o curso propriamente dito, Foucault apresenta cinco “proposições, no sentido de indicações de opções [...]” (2008, p. 3), para análise dos mecanismos de poder. Essas proposições sobre o poder conduzem a uma metodologia de análise do território como *locus* dos “mecanismos análise do território, como: reportagens, entrevistas, artigos, contos, depoimentos, palestras, seminários, filmes, documentários e teses.

Por último, a quinta indicação de opção: a relação entre a luta e a verdade,

essa relação séria e fundamental entre a luta e a verdade, creio que não faz nada mais que se teatralizar, se descarnar, perder o sentido e a eficácia nas polêmicas internas ao discurso teórico (2008, p. 6).

Há, assim, uma distinção entre a verdade e as lutas travadas para se definir qual prevalecerá e se tornará ação. No que se refere ao território, a luta é pela apropriação real e simbólica dos bens sociais (bens naturais tornados recursos e os bens culturais) ali existentes. Cada soberano que o disputa, mune-se de indicativos de verdade, como a autoridade, tradição, lealdade, o saber e o conhecimento, para fazer distinções, separações, hierarquizações, interdições e, assim, conseguir com que suas ordens surtam efeitos de verdade, resultem em práticas intencionadas. As palavras das pessoas quando colocadas no “degrau de baixo” não são acolhidas, aceitas. Não tendo a energia social da verdade, soam sem importância, sem efeitos; não acolhem respeito ou temor, não suscitam adesões de outros humanos. Além disso, os inferiorizados, supostamente desprovidos de saber, não devem falar o território (ou suas palavras não devem ser levadas a sério). Como não falam, não são ouvidos e nem suas falas são reproduzidas, repetidas à exaustão até se tornarem verdades. Nas relações de poder, esses são os que devem, docilmente, ouvir e obedecer. Devem ser dóceis e úteis aos que mandam.

Ao término da apresentação dessas considerações, Foucault parte para análise dos mecanismos de disciplina e dispositivos de segurança. Tem início seu curso no *Collège de France*. Para exemplificar “a repartição espacial” (2008, p. 17) no intuito de resolver os problemas da circulação colocados pelas cidades dos séculos XVIII e início do século XIX, cidades muradas, jurídico-administrativamente independentes, com nítida separação cidade-campo, Foucault toma três exemplos, sendo o primeiro o projeto de *La Métropolitée*; o segundo o da cidade “artificial” de Richelieu; e, por último, a cidade “real” de Nantes (França). É na análise dessas cidades que procuramos identificar as problemáticas do território.

O PROJETO DA *LA MÉTROPOLITÉE* E A CAPITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: “[...] UMA FORMA SIMBÓLICA CAPAZ DE GARANTIR A FUNÇÃO”

Aqui Foucault recorre a um texto escrito em meados do século XVII “[...] produzido por uma pessoa chamada Alexandre Le Maître (1682), com o título de *La Métropolitée*” (2008, p. 18), sobre o projeto de uma cidade-capital e sua relação com o território. “E o problema de *La Métropolitée* é o seguinte: deve haver uma capital num país e em que essa capital deve consistir?” (2008, p. 18). Segundo Foucault, *Le Maître* analisa o Estado a partir da metáfora do edifício com seus andares composto por camponeses, artesãos, soberano e oficiais:

As fundações do edifício, as que estão na terra, debaixo da terra, que não vemos, mas que asseguram a solidez do conjunto são, é claro, os camponeses. As partes comuns, as partes de serviço do edifício são, claro, os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano. A partir dessa metáfora arquitetônica, o território também deve compreender suas fundações, suas partes comuns e suas partes nobres (2008, p. 18).

Assim, distribuem-se, pelo território do Estado, tal qual a organização social, os camponeses pelos campos, os artesãos nas pequenas cidades e o soberano, seus oficiais, artesãos e comerciantes, na capital. As fundações ficam no campo, as partes comuns são as pequenas cidades, e a parte nobre, o centro de um círculo, a capital. Neste exemplo, a relação entre a capital e o território vai assumindo diversas formas. Dito de outra maneira, vão-se criando diversos mecanismos para a manutenção do poder do soberano. A primeira relação com o território assume uma forma geométrica, a de círculo, pois:

Uma capital que estivesse na extremidade de um território comprido e de forma irregular não poderia exercer todas as funções que deve exercer. De fato, e é aí que a segunda relação aparece, essa relação entre a capital e o território tem de ser uma relação estética e simbólica (2008, p. 19).

Uma terceira relação capital-território é política, ou seja, o território precisa ser abrangido pela “rede geral das leis e dos decretos do soberano” (2008, p. 19). Chama-nos a atenção a concepção de rede em Foucault, como trama dos elementos políticos de poder, que irão caracterizar o território.

A quarta relação capital-território diz respeito ao papel moral que a capital deverá desempenhar, ser fonte de difusão de “tudo o que é necessário impor às pessoas quanto a sua conduta e seus modos de agir” (2008, p. 19). Deve ser, também, difusora do conhecimento:

A capital deve ser o lugar em que os oradores sacros sejam os melhores e melhor se façam ouvir, deve ser também a sede das academias, pois as ciências e a verdade devem nascer aí para então se difundir no resto do país.

[...]

E, enfim, um papel econômico: a capital deve ser o lugar do luxo para que constitua um lugar de atração para as mercadorias que vêm do estrangeiro, e ao mesmo tempo deve ser o ponto de redistribuição pelo comércio de certo número de produtos fabricados, manufaturados, etc. (2008, p. 19).

Em resumo, a capital desempenhará uma relação simbólica, estética, política, moral, religiosa, sede da produção do conhecimento, enfim, realizará o efeito demonstração de poder por meio do território.

O que se pode inferir, a partir desse projeto, sobre a relação cidade-território? Qual é a definição de cidade contida nesse projeto? Qual é a reflexão que se faz sobre a cidade e a questão da soberania? A cidade é o ponto de irradiação do poder. A cidade fica no centro do círculo, para, supostamente, irradiar o poder de igual forma em todo o território. Neste projeto cidade-capital, a

relação da soberania com o território é que é essencialmente primeira e que serve de esquema, de chave para compreender o que deve ser uma cidade-capital e como ela pode e deve funcionar (2008, p. 19).

É o problema da relação cidade-capital e soberania que vai influenciar nas diversas funções criadas para esta cidade-capital:

Um bom soberano, seja ele um soberano coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial (2008, p. 20).

Há, assim, um esforço de se fundir, num único Estado, a soberania, o domínio territorial e a economia. Então, território, nesse projeto, é o receptáculo das relações de poder do soberano, organizado de tal forma em torno de uma capital – espaço capitalizado – que represente a

sede da soberania e ponto de circulação política e comercial [...]. [Enfim, neste projeto] a cidade-capital é pensada [...] em função das relações de soberania que se exercem sobre um território (2008, p. 20).

Então, primeiramente, tem-se o espaço como receptáculo de relações de poder, para, num segundo momento, exercer-se a soberania através de mecanismos de poder no interior do espaço tornado território. Enfim, a soberania, para ser exercida, precisa se expressar através do território, definindo suas funções. Quanto ao sentido escalar,

de fato, no caso precedente, *La Métropolitée* de Le Maitre, a organização da cidade era pensada essencialmente dentro da categoria mais geral, mais global do território” (2008, p. 21).

Os elementos analíticos desse espaço são problematizados se considerando os objetivos do soberano – o poder –; a relação forma-conteúdo; o símbolo, que comunica uma determinada relação; a trama de relações concretizadas em um território e a rede de normatizações políticas e jurídicas.

RICHELIEU – A CIDADE ARTIFICIAL: “FORMA SENDO O SUPORTE DO EXERCÍCIO EXATO DA FUNÇÃO”

Outro exemplo apresentado por Foucault é o da cidade disciplinar, de uma “cidade artificial”, arquitetada,

uma cidadezinha chamada Richelieu, que foi construída nos confins da Tauraine e do Poitou, que foi construída a partir de nada, precisamente. Onde não havia nada, construiu-se uma cidade (2008, p. 21).

Cidade construída tendo como referência o acampamento romano “que, na época, acabava de ser reutilizado na instituição militar como instrumento fundamental de disciplina” (2008, p. 21), aqui refletida no espaço. Não pensada a partir de um território maior do que ela, como no projeto cidade-capital, mas

a partir de uma figura geométrica que é uma espécie de módulo arquitetônico, a saber, o quadrado ou o retângulo, por sua vez subdividido por cruces, em outros quadrados ou outros retângulos (2008, p. 21-22),

com suas “simetrias” e “dessimetrias” bem calculadas.

Por essa forma geométrica, forma material, concreta, disciplina-se certa ordem social, a própria distribuição das diversas funções da cidade: residencial, comercial, a praça, a igreja... Cada uma dessas funções é pensada de acordo com objetivos claros: garantir a circulação das pessoas, mercadorias e estabelecer a “diferença de status social, diferença de fortuna, etc.” (2008, p. 23), de acordo com o padrão de construção das moradias e dos bairros. Neste exemplo, tem-se a “Forma sendo o suporte do exercício exato da função” (2008, p. 24). Como diz o referido autor:

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas multiplicidades artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. (2008, p. 23).

Nos exemplos anteriores temos duas formas de tentativa de alisamento territorial. Ditos de outra maneira têm-se duas formas diferentes de lidar com a multiplicidade de interesses em um território. No primeiro caso, há o soberano que capitaliza o território para acabar com as indisciplinas à ordem posta, com o objetivo de exercer o poder. No segundo caso, o soberano é o arquiteto do espaço disciplinado da cidade. Há uma tentativa de

tratar a cidade em sua horizontalidade como o edifício utópico do projeto da *La Métropolitée*. As relações de poder irão se estabelecer em um recorte territorial menor – a cidade, em que cada parte da cidade tem funções e objetivos distintos quanto à localização e formas. Neste exemplo se nota a preocupação de Foucault com a relação forma-função-comunicação de relações de poder. Estabelece-se, de antemão, um lugar para cada forma de relação. As multiplicidades são artificialmente organizadas

de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição (2008, p. 23).

Então, antes do território, havia o espaço esvaziado das redes, das formas-funções-conteúdos das tramas do poder. O território se constitui posteriormente ao espaço. É possível deduzir que espaço é tudo o que existe antes da efetivação das relações de poder; esse espaço vazio é o espaço esvaziado de relações de poder. Na medida em que estas relações se estabelecem, constitui-se o território.

NANTES E A COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO CONSTRUÍDO: O MEIO

Num terceiro exemplo, diferentemente dos dois exemplos anteriores, Foucault incorpora o “meio” às relações de poder (relação homem/homem/meio). Na medida em que a ação sobre o espaço pelo poder do soberano incorpora o que Foucault chama de meio, a forma de intervenção se torna mais complexa. De arquiteto, o soberano passa a ser, também, “e quase ao mesmo tempo, regulador de um meio” (2008, p. 39). Como outra forma de disciplinamento territorial, Foucault toma como referência um projeto pensado a partir dos problemas suscitados pela cidade “real” de Nantes (França), “apresentado por uma pessoa chamada Vigné de Vigny, sobre os problemas concretos desta cidade” (2008, p. 24), como: garantir a higiene, o comércio, a vigilância, enfim, a circulação de pessoas e mercadorias dentro de determinados limites de segurança tanto do aspecto físico da população – por exemplo, evitando miasmas, estupros, assassinatos – e quanto ao patrimônio – roubos, saques, invasões e subvenções. Tudo isto tendo como objetivo para os que detêm o poder, evitar o flagelo, as revoltas, o esgarçamento das relações de poder, que se devem manter dentro de limites políticos, econômicos e socialmente aceitos, tolerados.

Neste exemplo, o disciplinamento espacial não irá partir do nada, do vazio, ou do esvaziamento para a construção de uma cidade-capital,

[...] uma forma simbólica capaz de garantir a função. Tão pouco será uma [...] boa forma sendo o suporte do exercício exato da função [, como no caso de Richelieu:] E o problema de Nantes é, evidentemente, desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento (2008, p. 23, 24).

Segundo Foucault, este é um caso significativo porque,

1º - [...] não se trata mais de construir, dentro de um espaço vazio ou esvaziado [...]; 2º - [...] não se trata de reconstruí-la de tal modo que se atingisse um ponto de perfeição, como numa cidade disciplinar; 3º - vai se planejar considerando-se a polifuncionalidade dos elementos da cidade; 4º - vai se trabalhar com o futuro, isto é, [...] vai se abrir para um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável, e o bom planejamento da cidade vai ser precisamente: levar em conta o que pode acontecer (2008, p. 26).

Dessa maneira, vai-se partir de uma cidade existente, em que a reflexão sobre segurança (que recai sobre a população) e não somente a disciplina (que recai mais sobre os indivíduos, com objetivos nítidos de normatizar relações sociais através do controle do espaço), contará com a multifuncionalidade de cada espaço da cidade. Portanto, não se buscará a perfeição da relação forma-função-símbolo, como nas cidades disciplinares, mas sabendo da impossibilidade dessa perfeição, vai-se trabalhar com probabilidades, com planejamento, com a previsibilidade do que poderá acontecer:

Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos. Isso nunca pode ser anulado, logo se vai trabalhar com probabilidades (2008, p. 26).

Os mecanismos de segurança pautar-se-ão pela possibilidade de controle através de

estimativas de probabilidade [do uso da cidade, do controle dos fluxos, dos] elementos que se produzem, [das] unidades que se acumulam espacialmente.

Digamos para resumir isto tudo que, enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável (2008, p. 27).

As variáveis espaciais serão consideradas para se fazer previsões, identificar probabilidades e acontecimentos aleatórios. Estas variáveis espaciais são colocadas pelo que Foucault vai chamar de meio: “O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio” (2008, p. 27). Mas, afinal, o que vem a ser o meio e como este faz parte dos mecanismos de segurança de um dado território?

O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. [Enfim:] O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomerações de indivíduos. Aglomerações de casas, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro (p. 28). [Ou seja,] o meio aparece como um campo de intervenção [em que:] vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interferem com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles (2008, p. 27-28).

A intervenção no meio tem um propósito, que é criar mecanismos de segurança para que, num conjunto de relações, a população passe a se comportar de acordo com o que é pré-determinado. Essa irrupção da naturalidade

agora [...] aparece como interseção entre uma multiplicidade de indivíduos que vivem, trabalham e coexistem uns com os outros num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta (2008, p. 29).

Multiplicidade, coexistência, conjunto de materiais e artifícios imbricados na produção e organização do espaço.

Parte-se, portanto, do espaço construído, edificado, modificado pela ação humana para se pensar as relações de poder. Contemplando, inclusive, os aspectos primeiros onde se constroem essas relações (aspectos físicos) como elementos que são também parte dessas relações.

CONCLUSÃO

Procurou-se, no curso de Foucault dado no *College de France* (1977-1978), destacar sua concepção de território, através, principalmente, dos três exemplos de cidade utilizados por ele. Nesta perscrutação se percebeu que Foucault aponta alguns elementos para análise da dinâmica do território.

Primeiramente, não existem procedimentos únicos de análise do território, pois cada um apresentará obstáculos particulares às relações de poder. Portanto, é necessário problematizar o território. Nesse sentido, o território se constitui a partir da instalação dos mecanismos de poder, e cabe ao investigador, no entendimento do território, tornar visíveis estes mecanismos e os focos de resistência. Desvendar os “efeitos de saber” (2008, p. 5) produzidos socialmente e as táticas de poder dessa luta, assim como as manipulações das formas e funções territoriais.

Em segundo lugar, o território é o *locus* do poder supremo, que na época estudada por Foucault, era o poder do soberano e a soberania se exercia no limite de um território.

Em terceiro lugar, a análise do território deve ser relacional, pois:

trata-se simplesmente de saber por onde isso [poder] passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos (2008, p. 3).

Já que o poder não é uma “coisa”, mas relações entre os sujeitos que visam à manutenção do poder, mesmo que não consigam. Portanto, as relações de poder não são “fundadas em si mesmas” (2008, p. 4).

Em quarto lugar, o exercício da soberania

indica sempre, é claro, uma certa multiplicidade, mas que vai ser tratada justamente seja como a multiplicidade de sujeitos, seja como a multiplicidade de um povo (2008, p. 16).

É sobre esta multiplicidade de sujeitos que irá atuar um conjunto de procedimentos, entre eles, os imperativos do poder. Então, deve-se deixar clara a procedência de quem fala, fala por quem, como fala, quando fala e objetivos dos discursos imperativos mais velados e polifônicos – já que “nunca um sujeito falante pode criar sozinho e a partir da sua palavra [...]” (2008, p. 6). Enfim, lastima-se, para a Geografia, que Foucault tenha neste curso de 1977-1978, afastado-se da análise espacial para se concentrar no que ele denominou de governamentalidade, passando para inventariar as questões da arte de governar. Contudo, mesmo não dando continuidade ao enfoque do território, contribuiu na construção de alguns indícios metodológicos para sua análise, como vimos anteriormente.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.